

O que o FMI acha do mais novo decreto salarial?

O ministro Ernane Galvães diz que o Fundo Monetário aceitará o 2.065, assim como aceitou o 2.045 e o 2.064. Mas uma alta fonte tem certeza de que o FMI será contra.

Embora o ministro da Fazenda, Ernane Galvães, tenha negado, em nota oficial, a existência de qualquer animosidade entre o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, e o governo brasileiro, conforme noticiou a *Gazeta Mercantil*, uma alta fonte oficial afirmou ontem, em Brasília, que o FMI já não estava de acordo com o Decreto-Lei nº 2.064, por não acreditar que ele manteria a coerência da política econômica, como fazia o 2.045, que foi previamente acertado com o Fundo.

De qualquer forma, em conversa com o *Jornal da Tarde* e *O Estado*, ontem, o ministro da Fazenda disse achar que o FMI, que já aceitou os Decretos-Leis nº 2.045 e 2.064, deverá aceitar também o novo decreto salarial (2.065). Ele reiterou que o interesse do FMI é com uma política salarial coerente com o programa de ajuste econômico que ficou definido na carta de intenções.

Aceitável

Para o ministro da Fazenda, o aumento do percentual do total da folha de pagamentos das empresas — passa de 80% para 87% do INPC, embora no momento da conversa ainda se falasse em 84% — é aceitável. Por sua vez, o chefe da Assessoria Internacional do Ministério da Fazenda, Tarcísio Marciano da Rocha, comentou que o aumento de 7% na folha de pagamento deve ser compensada por outras medidas de combate à inflação. Mas o chefe de gabinete de Galvães, Antônio Bardinelli, descartou a adoção de novas medidas tributárias para compensar esse aumento.

O ministro Galvães comentou que sua ausência das negociações entre o Executivo e o PDS em torno das mudanças no decreto salarial é um fato normal. "Nem todos precisam ficar nas negociações políticas, precisamos fazer outras coisas", explicou. Diante da ponderação de que sua ausência estava sendo interpretada como sinal de que deseja mesmo deixar o cargo, Galvães comentou sorrindo: "Não estou pensando em sair, não".

Mais uma vez o ministro da Fazenda reiterou a necessidade de aprovação urgente da nova política salarial, para dotar o governo de um instrumento capaz de quebrar a espiral inflacionária e reduzir o déficit do setor público. Galvães admite que os salários sofrerão inicialmente algumas perdas, mas assinala que em pouco tempo, com o êxito do programa de ajustamento, os assalariados terão reajustes reais, acima do custo de vida. Nesse sentido, ele reitera também à sociedade o pedido de apoio ao programa econômico do governo, e sobre tudo a compreensão da classe política para a importância da aprovação do decreto salarial, para que as negociações externas cheguem a bom termo.

Descredito

Uma alta fonte ministerial, porém, afirma que o FMI não está satisfeito com o rumo dos acontecimentos a partir da substituição do 2.045 pelo 2.064, acreditando que este dificilmente estancará o processo inflacionário, disse a fonte oficial. Como os dirigentes do PDS que se sentiram traídos pelas autoridades econômicas quanto à supressão do efeito cascata no reajuste salarial proposto pelo Decreto-Lei nº 2.064, a direção do FMI, disse, está sentindo enganada, porque

lhe foi garantida a aprovação líquida e certa do 2.045 por decurso de prazo. Operacionalmente, ressaltou a fonte oficial, o novo decreto não oferece garantias reais de que o processo inflacionário será contido e coloca em dúvida a saúde do parque produtivo porque sua base de sustentação, a classe média, perderá poder aquisitivo de forma acelerada num prazo recorde de um ano.

Pelo 2.045, disse, havia uma base firme de negociação na medida em que fixava um aumento de 80% do INPC para os salários em troca de aumento de 80% do INPC de todos os serviços.

O perigo maior dessa discordância do FMI em relação aos rumos da discussão sobre a política econômica de estabilização, é, segundo a fonte ministerial, seu reflexo no comportamento dos banqueiros internacionais. O País poderá enfrentar dificuldade crescentes para importar, se os dólares escassearem. Deve-se ressaltar, disse, que as dificuldades na importação ocorreram até agora não porque o governo decidiu contê-las drasticamente, mas devido à maxidesvalorização de 30%, em fevereiro, que foi um inibidor natural. A escassez de dólar, porém, obrigará a um processo de contenção muito mais drástico. Daí ser necessário acerto urgente na frente externa para acmodar as dificuldades internas.

Desmentido

O ministro da Fazenda, Ernane Galvães, assegurou ontem, em nota à imprensa, que nem o diretor-gerente do FMI, Jacques de Larosière, rompeu com o governo brasileiro, nem o governo norte-americano está examinando a possibilidade de fornecer assistência financeira de emergência ao Brasil.

A nota, na íntegra, é a seguinte:

"O ministro da Fazenda, no intuito de esclarecer a opinião pública a respeito de matéria intitulada 'Larosière deixa de falar como governo', publicada na edição de hoje da *Gazeta Mercantil*, informa que a notícia de que o diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, sr. Jacques de Larosière, rompeu com o governo brasileiro é inverídica e sem qualquer fundamento.

Esclarece o Ministério da Fazenda que não houve qualquer conversa telefônica do diretor-gerente do FMI, nesse sentido, nem com o ministro da Fazenda, sr. Ernane Galvães, nem com o ministro do Planejamento, sr. Antônio Delfim Neto.

Não tem, assim, cabimento a notícia de que a atitude do sr. de Larosière 'repercute imediatamente' nos meios financeiros internacionais, os quais já se manifestaram extremamente preocupados com desdobramentos do impasse entre o Executivo e o Legislativo brasileiros.

Carecem também de fundamento as informações, constantes no mesmo artigo, indicando que a resposta dos pequenos e médios bancos, locais e regionais, norte-americanos e europeus, não tem sido favorável à participação no empréstimo de US\$ 6,5 bilhões.

Por fim, diz o jornal que 'fontes bem informadas, no Rio, indicavam que o governo norte-americano estaria examinando a possibilidade de uma assistência financeira ao Brasil, de emergência'. Tal informação não corresponde, também, à realidade.